

## Artigo original

# Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência física com alteração na locomoção na cidade de Salvador BA

## *Analysis of leisure environment for people with locomotion disabilities in Salvador BA*

Giselle de Mello Coêlho\*, Michele Marques Gama\*, Paula Carneiro Farias Dourado\*, Marília Lira da Silveira\*\*, Isabela Borba Ribeiro\*\*, Nildo Manuel da Silva Ribeiro, Ft.\*\*\*

.....  
\*Acadêmicas de Fisioterapia do Centro Universitário da Bahia (FIB), \*\*Acadêmicas de Fisioterapia do Centro Universitário da Bahia (FIB) e pós-graduação em Fisioterapia Neurofuncional pela FSBA, \*\*\*Coordenador do Curso de Fisioterapia da FSBA e Docente da UNIME

### Resumo

A acessibilidade é definida pela ABTN - Associação Brasileira de Normas Técnicas, na norma NBR 9050/94 como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Os indivíduos portadores de deficiência física encontram-se, ainda hoje, excluídos da participação da construção na sociedade, não porque são discriminados, mas porque suas existências são ignoradas. O objetivo deste estudo foi verificar se a estrutura do ambiente de lazer da cidade de Salvador-Bahia está preparada para receber as pessoas portadoras de deficiência física. Foram avaliados 12 locais de lazer, sendo três cinemas; teatros; praias e parques, por meio de uma ficha de avaliação composta de 14 itens de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pela norma NBR 9050/94 de Acessibilidade a Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Nas praias e parques analisados foram constatadas poucas adequações, devido à baixa infra-estrutura voltada para o deficiente físico. Contudo, teatros e cinemas apresentaram melhor acessibilidade, embora não atendessem a todos os itens avaliados. Através da análise dos resultados obtidos, neste estudo, sugere-se que os ambientes de lazer, na cidade de Salvador, apresentam oportunidades de melhoria na maioria dos itens avaliados.

**Palavras-chave:** pessoas portadoras de deficiência, estrutura de acesso, lazer, meio ambiente.

### Introdução

A prevalência de pessoas portadoras de deficiência física é expressiva, especialmente nos países em vias de desenvolvimento como o Brasil. O censo demográfico de 2000, do

### Abstract

The accessibility is defined by the ABTN - Brazilian Association of Technical Norms, norm NBR 9050/94 as the possibility and condition to use, with security and autonomy, buildings, space, furniture and urban equipment. Nowadays, people with disabilities are still not included in buildings design in our society, not because they are discriminated, but because their lives are ignored. The aim of this study was to verify if the structure of leisure environment of the city of Salvador-Bahia is prepared to receive people with disabilities. Twelve places of leisure were evaluated: three movies, theaters, beaches and parks, by means of evaluation form with 14 items, according to the ABNT, norm NBR 9050/94, of urban architectural accessibility, furniture, spaces and equipment. It was found beaches and parks with few adjustments, due to low infrastructure towards people with disabilities. However, theaters and cinemas had better accessibility, although they were not in agreement with all items evaluated. The results showed that the evaluated leisure places in the city of Salvador were inadequate.

**Key-words:** disabled persons, architectural accessibility, leisure, environment.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que dentre os 169.872.856 brasileiros, aproximadamente 14,5% (24.600.256) da população, possuem algum tipo de deficiência, destes, 38,03% (9.355.849) possuem deficiência física (tetraplegia, paraplegia, hemiplegia permanente,

Recebido 14 de outubro de 2006; aceito 14 de março de 2008.

**Endereço para correspondência:** Marília Lira da Silveira, Rua dos Maçons, 278, Pituba, 41810-205 Salvador BA, Tel: (71)3353-1658, E-mail: marilialira@gmail.com

falta de membro ou parte dele) e são incapazes ou teriam alguma dificuldade permanente de andar ou subir escadas. Esses números são significantes, principalmente, ao se fazer uma comparação com a população mundial, que segundo a OMS, 10% das pessoas possuem algum tipo de deficiência [1-6]. Já na Bahia, segundo o censo demográfico de 2000 do IBGE, estima-se que 15,3% da população seja portadora de deficiência física. Entretanto, esta quantificação suscita dúvidas devido à imprecisão no conceito de deficiência, bem como pelo preconceito da sociedade, que, muitas vezes, leva os familiares informantes a omitirem dados [2,5].

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde compreende o bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade [1]. Ao longo da história, esse conceito teve compreensões diferentes, principalmente no que tange ao portador de deficiência, pois pessoas portadoras de deficiência eram consideradas como doentes, fomentando preconceito e discriminação na sociedade. Hoje, esse conceito é discutido globalmente e o que era, em 1995, uma revisão da Classificação Internacional de Deficiência, Incapacidade e Desvantagem, passou a ser, em 2001, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, referindo-se de outra forma a esses indivíduos e a ênfase passou a ser dada às suas potencialidades funcionais.

No final do século XX, houve a compreensão de um importante período de mudanças da visão preconceituosa e de exclusão social sobre os deficientes em virtude dos movimentos sociais criados pelos próprios indivíduos portadores. Com essa evolução, percebeu-se que, em condições especiais, essas pessoas poderiam contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Então, na década de 60, simultaneamente nos Estados Unidos e Europa, surgiu em arquitetura o termo acessibilidade, na tentativa de lhes favorecer a inclusão social. Esta quando criada tinha o intuito de referir-se ao projeto livre de barreiras, dando ênfase aos indivíduos com deficiência física, principalmente aqueles usuários de cadeira de rodas [1]. Hoje, ela refere-se a um desenho para todos ou desenho universal, que envolve aspectos que vão desde o mundo físico ao mundo digital, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Trata-se de um direito garantido pela legislação, através de leis e decretos, a todo cidadão brasileiro que é o direito de ir e vir, sendo negligenciado pelas autoridades e pela própria sociedade.

A acessibilidade é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050/94, como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano [7]. E a falta de acessibilidade a determinados locais e serviços leva as pessoas com deficiência a se sentirem à margem da sociedade, gerando, muitas vezes, perturbações de estima e comportamento, o que contribui ainda mais para a segregação social [1]. Os indivíduos portadores de deficiência física encontram-se, ainda hoje, excluídos de uma participação mais efetiva na sociedade, não porque são discriminados

abertamente ou conscientemente, mas porque simplesmente suas existências são ignoradas.

As barreiras arquitetônicas normalmente encontradas são: ausência de pisos adequados, degraus, rampas, dimensão de portas, corrimãos, banheiros e transporte urbano [4,5,8].

A adequação dos ambientes como equipamento urbano, e neles se incluem os bens públicos e privados de utilidade pública como cinemas, teatros, clubes, praças, estacionamentos e calçadas, devem atender as diferentes formas de deficiência [5]. A acessibilidade do lazer para essas pessoas geralmente é difícil devido a inúmeras barreiras arquitetônicas que rodeiam esses ambientes.

Segundo Hazard [5], por meio de uma pesquisa, realizada em 2000 e atualizada parcialmente em 2001, é possível mostrar como está o nível de acessibilidade da capital baiana para as pessoas com mobilidade reduzida. Do universo de 26 praças pesquisadas: das 8 praças que possuem estacionamento (31%), só 2 (8% do total) apresentam vagas especiais (situação idêntica ao ano de 1999); as praças com alguma preocupação com acessibilidade passaram de 13 para 14 (54%); 25 das praças (96%) possuem corredores amplos de circulação (> 1,20 m) [5]. Nessa pesquisa, o autor fez entrevistas com 185 pessoas: portadoras de deficiência visual, física e grupo de idosos, sendo que metade dos entrevistados (50%) considera como obstáculo a falta de manutenção das vias, o ordenamento do mobiliário e equipamentos urbanos [5].

O lazer significa, segundo Ferreira [12], atividades praticadas nos tempos livres como divertimento, entretenimento, distração, recreio e descanso. Mas esse simples termo se torna inadequado quando utilizado para pessoas portadoras de deficiência física.

Baseado nos aspectos citados, o presente estudo tem como objetivo verificar se a estrutura do ambiente de lazer da cidade de Salvador-Bahia está preparada para receber as pessoas portadoras de deficiência física.

## Materiais e métodos

Trata-se de um estudo descritivo, no qual foram verificados quatro tipos de ambientes de lazer mais freqüentados e de maior facilidade de acesso na cidade de Salvador: teatros, cinemas, parques e praias.

Foram avaliados 12 locais, no período de maio de 2005, sendo quatro tipos de cada ambiente, supracitados, por meio de uma ficha de avaliação composta de 14 itens (corredores, sinalização de degraus, pisos, rampas, degraus e escadas, corrimãos, elevadores, portas, rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres, estacionamento, sanitários, espaço físico como teatros e cinemas, telefones públicos e bilheteria) nos quais foram analisados o comprimento, a largura e a altura de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - pela norma NBR 9050/94 de Acessibilidade a Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos urbanos.

Os materiais utilizados para a verificação dos dados foram fita métrica, máquina fotográfica e a ficha de avaliação do ambiente de lazer.

Os resultados obtidos neste estudo estão demonstrados em forma de tabelas e gráficos, sendo considerado uma margem de erro de 5% dos valores encontrados.

Todos os locais escolhidos autorizaram a realização da pesquisa.

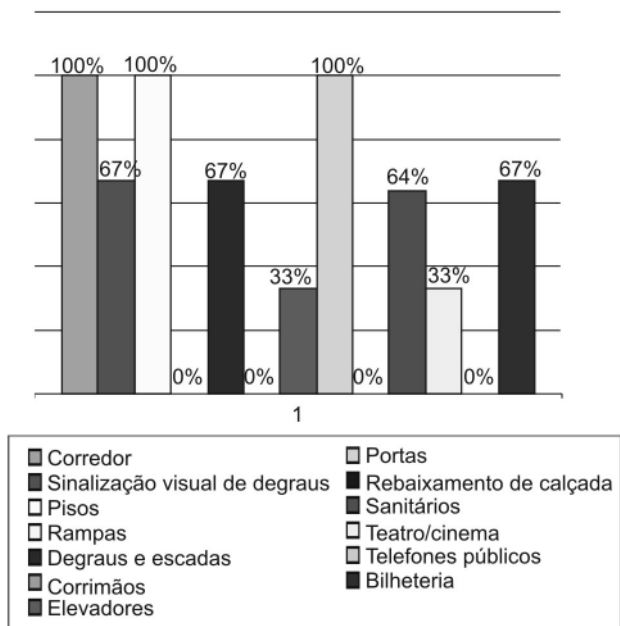
## Resultados

Os dados coletados na análise dos ambientes de lazer (cinemas de alguns shoppings, teatros, praias e praças) obtidos através de mensurações de largura, comprimento e altura foram organizados em 4 gráficos, representando cada ambiente.

Considerando a avaliação dos cinemas (Gráfico 1), os resultados de adequação para acessibilidade para: corredores de circulação; pisos; portas de acesso, ao cinema, às salas e aos banheiros, indicaram 100% de adequação para portadores de deficiência física. Quando se refere à sinalização visual de degraus, escadas e bilheteria, estes se encontram em uma porcentagem de 67%, já os espaços físicos corresponderam a 33% de adequação. Rampas, corrimãos e telefone público não estão adequados de acordo com a norma. Vale salientar que na avaliação dos cinemas não foi considerado o item estacionamento, pois todos pertenciam a shoppings e não exclusivamente aos cinemas.

**Gráfico 1 - Avaliação das condições de acessibilidade dos cinemas, Salvador, 2005.**

**Porcentagem de adequação dos itens avaliados nos cinemas**

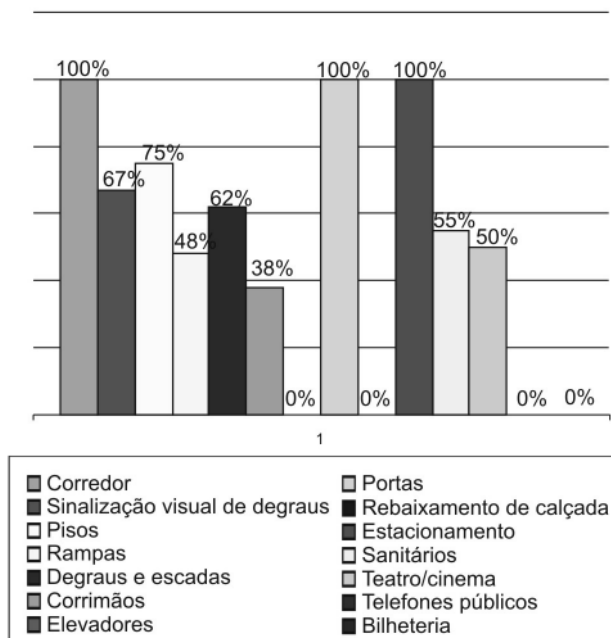


Os teatros analisados (Gráfico 2) apresentam corredores, portas e estacionamentos 100% adequados, enquanto os pisos se encontravam em 75%, a sinalização visual de degraus em 67%, degraus e escadas em 62%, sanitários em 55%, espaços físicos em 50%, rampas em 37,5% e corrimãos em

38% de adequação. Já os telefones públicos e bilheterias não se encontravam em níveis de adequação.

**Gráfico 2 - Avaliação das condições de acessibilidade dos teatros, Salvador, 2005.**

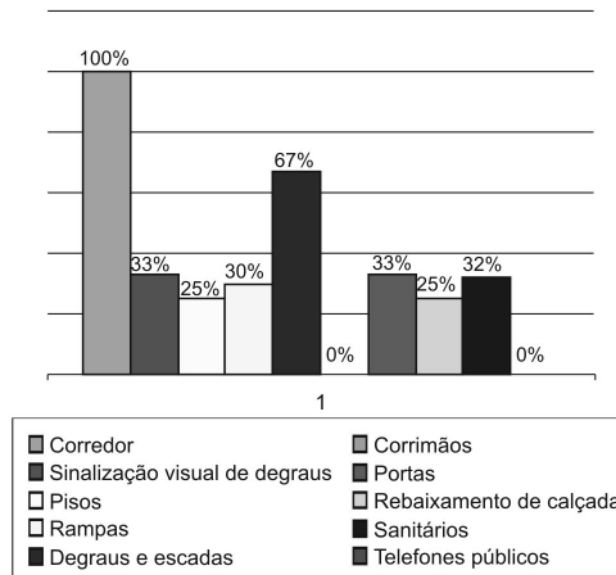
**Porcentagem de adequação dos itens avaliados nos teatros**



Dos parques analisados (Gráfico 3) apresentavam apenas o item corredor com 100% de adequação para a acessibilidade dos deficientes físicos. Os degraus, escadas e estacionamento em 67%, a sinalização visual de degraus e portas em 33%, sanitários em 32%, rampas em 30%, pisos e rebaixamento de calçadas em 25% de adequação. Os corrimãos e telefones públicos não conseguiram atingir níveis de adequação.

**Gráfico 3 - Avaliação das condições de acessibilidade dos parques, Salvador, 2005.**

**Porcentagem de adequação dos itens avaliados nos parques**



As praias (Gráfico 4) analisadas apresentavam degraus e escadas com 60% de adequação, segundo a norma, e corrimãos em 40% dos casos. Enquanto que os outros itens avaliados (sinalização visual de degraus, piso, rampas, rebaixamento de calçadas, estacionamento, sanitários e telefones públicos) não apresentaram níveis de adequação.

**Gráfico 4 - Avaliação das condições de acessibilidade das praias, Salvador, 2005.**



## Discussão

Diante dos dados analisados no presente estudo sobre a acessibilidade do indivíduo portador de deficiência física para o ambiente de lazer, podem-se perceber diversos pontos de inadequação, segundo as normas da ABNT, promovendo dificuldade dessas pessoas em se locomover nos locais de lazer estudados, devido às barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Nas praias e parques analisados, constatou-se falta de acessibilidade devido a pouca infra-estrutura voltada para deficientes físicos. Segundo Rocha [1], a falta de acessibilidade a determinados locais e serviços leva as pessoas com deficiência a se sentirem à margem da sociedade. Contudo, os teatros e cinemas apresentaram melhor acessibilidade, embora não atendessem a todos os critérios.

Alguns itens avaliados são indispensáveis para um simples acesso ao ambiente de lazer como, por exemplo, rampas, pisos regulares e banheiros. De acordo com a norma NBR 9050/94, uma rampa ideal deve possuir uma inclinação de até no máximo 12,5%. No estudo foram avaliadas oito rampas, dentre essas, apenas 37,5% estão adequadas, para possibilitar o acesso de um portador de deficiência física. O banheiro ideal deve apresentar a abertura da porta direcionada para o lado externo e uma largura maior que 0,80 m, bacia com altura entre 0,43 m e 0,45 m, e apresentando barras laterais. No estudo foram avaliados 12 banheiros dentre estes 92% não estão totalmente adequados.

Os locais de lazer são fundamentais para o indivíduo praticar atividades que ofereçam prazer, alegria e distração, sendo estes importantes para a formação e manutenção do ser humano. Dessa forma, os ambientes de lazer precisam estar prontos para que qualquer cidadão possa usufruir igualmente, tendo o livre acesso.

O projeto livre de barreiras, conhecido como o desenho para todos, que se considera hoje a acessibilidade, pensa em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos, sem excluir qualquer que seja a necessidade especial ou deficiência de qualquer indivíduo.

A Constituição Federal atual norteia o princípio de que o direito de livre acesso ao meio físico e de livre locomoção é parte indissociável dos Direitos Humanos, porém falta fiscalização para o cumprimento da Lei revisada **nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, a partir dos parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da NBR 9050/1994, feita pela ABNT.

Refletir sobre o lazer, nas condições em que vive a maioria das pessoas portadoras de deficiência física hoje, significa refletir sobre o direito fundamental da pessoa, enquanto cidadão. Buscar a “democratização do lazer” não significa estar alheio à percepção de outras necessidades mais, sim, optar por um caminho diferente na conquista de melhores condições de vida em sociedade [8].

## Conclusão

Através da análise dos resultados obtidos neste estudo, permite-se concluir que os ambientes de lazer avaliados, na cidade de Salvador, apresentam oportunidades de melhoria na maioria dos itens avaliados com relação à ABNT, norma NBR 9050/94.

É importante realizar novos estudos sobre este assunto com o intuito de possibilitar o ganho na qualidade de lazer, persistindo no esforço de contribuir para a melhoria de vida dos indivíduos portadores de deficiência física para que resultados futuros mostrem outros parâmetros ergonômicos e de acessibilidade que colaborem com esse esforço.

## Agradecimentos

Os autores agradecem ao Professor Robson Neves pelo suporte técnico e apoio para a realização deste trabalho.

## Referências

1. Rocha E. Análise da perspectiva de indivíduos usuários de cadeira de rodas sobre o transporte coletivo urbano da cidade de Salvador, Bahia [monografia]. Salvador: Faculdade de Fisioterapia, Universidade Católica de Salvador; 2003. 38p.
2. Freitas D. Portadores de deficiência [online]. [citado 2005 Abr 20]. Disponível em: URL: <http://www.sentidos.com.br/canais>
3. Adaptações de ambiente [online]. [citado 2005 Mar 10]. Disponível em: URL: <http://www.deficiente.com.br/modules>.

4. Adequação de ambientes [online]. [citado 2005 Mar 13]. Disponível em: URL: <http://www.adfego.com.br>.
  5. Hazard D. Salvador: cidade repartida. Salvador: Associação Vida Brasil; 2001.
  6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE [online]. Disponível em: URL: <http://www.ibge.gov.br>
  7. Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos [online]. 2ª ed; 2004; [citado 2005 Mar 19]. Disponível em: URL: <http://www.mg.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/principal/asp>.
  8. Bisognin EM. Barreiras sócio-culturais para o lazer de pessoas portadoras de deficiência física (PPDF). Caderno UniABC de Turismo 2000;2:15-19.
  9. Freitas L. A motivação como coadjuvante no tratamento do hemiplégico adulto [monografia]. Salvador: Faculdade de Enfermagem, Universidade Católica de Salvador; 2001. 66p.
  10. Carmo AA. Deficiência física: a sociedade cria, recupera e discrimina. 2ª ed. Brasília: MEC, Secretaria de Desportes; 1992.
  11. Araújo H. Andanças. Recife: Helio de Araújo; 1999.
  12. Ferreira A. Novo Aurélio o Dicionário da Língua Portuguesa Século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999.
  13. Gianasi ALA, Borges RP, Anjos TAF, Lamari NM. Recomendação de projeto de habilitação para proporcionar qualidade de vida no envelhecimento. Reabilitar 2004; 6:59-65.
  14. Battistella LR, Brito CMM. Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Acta Fisiátrica 2002;9:98-101.
  15. Mazzoni AA, Torres EF, Oliveira R, Ely VHM, Alves JBM. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. Cienc Inf 2001;30:29-34.
  16. Maciel MRC. Portadores de deficiência - a questão da inclusão social. São Paulo Perspect 2000;14:51-56.
-